

## ONDE MORAM OS POBRES: HABITAR E DISPUTAR A CIDADE

Renato Jales Silva Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo discute aspectos referentes às diferentes formas de luta pela cidade, bem como as tentativas do poder público de impor formas de morar e viver à população mais pobre de Uberlândia, MG, entre as décadas de 1960 e 1990. Igualmente, analisamos os conflitos vividos em torno da habitação e, ainda, as formas com que diferentes mandatos do poder executivo local lidaram com as políticas habitacionais, utilizando-as tanto para favorecer determinados grupos econômicos quanto para se aproximar da população. Ao longo da reflexão interpretamos os lugares e modos de morar, procurando questionar noções comuns como “moradia popular” e “moradia de pobres”, as quais carregam conotações políticas e culturais acerca dos modos de viver dos sujeitos. Estes, por vezes, incorporaram aquelas essas noções e, ao mesmo tempo, dialeticamente, devolveram ao poder público pautas e reivindicações que mudaram seus bairros, transformaram necessidades em direitos e reordenaram correlações de força.

**Palavras-chave:** Cidade; habitação; direitos; sujeitos sociais.

## WHERE THE POOR LIVE: INHABIT AND FIGHT FOR THE CITY

**Abstract:** This article discusses some aspects regarding different forms of struggle for the city and attempts of the public power to impose forms of dwelling and living to the poorest population of the city of Uberlândia. I chose the span of time between 1960 to 1990, laying emphasis on the conflicts around housing. In addition, I analyze how different town administrations dealt with public policies on that issue and how they used it to the benefit of certain economic groups as well as a way to approach the inhabitants. Therefore, I interpreted places and ways of living in this city to questioning some common notions of housing such as “popular” and “poor housing” insofar as they carried political and cultural connotations about the subjects’ ways of living. Although it is observed that sometimes those people had in fact incorporated notions like that, they dialectically returned to public authorities some guidelines and claims that changed their own neighborhoods, transforming needs in achievement of social rights and reordering the balance of power.

**Keywords:** City; housing; rights; social subjects.

---

\* Este texto foi extraído da tese de doutorado do autor, “*Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1980*”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da UFU em 2013.

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus Coxim). E-mail: rehistoriador@yahoo.com.br

Começarei esta história sobre a produção dos lugares tratando de um tema recorrente nos diversos meios de comunicação e grupos sociais: a habitação. Esta é vista aqui não só como uma moradia, uma casa, mas com todos os significados que a envolve. Dentre os muitos significados que foram produzidos historicamente sobre os lugares de viver dos trabalhadores destaco ao longo do texto a noção de popular. Este adjetivo teve conotações históricas significativas na cidade de Uberlândia e o seu uso pelo poder público ganhou contornos políticos e culturais relevantes para a compreensão das dinâmicas de produção da cidade.

Para falar sobre estas relações antes é necessário apresentar o meu olhar político sobre os sujeitos que viveram os processos históricos aqui estudados. Busquei inspiração na história social, mais especificamente em alguns intelectuais marxistas ingleses para descolar o protagonismo desta história. Este suposto pode ser sintetizado pela proposição de Christopher Hill:

Este livro estuda o que, de um ponto de vista, não passa de ideias e episódios secundários na Revolução Inglesa: as tentativas de vários grupos, formados em meio à gente simples do povo, para imporem as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos dos seus melhores, que os haviam chamado a ingressar na ação política. O leitor interessado em completar essa perspectiva terá interesse em conhecer a valiosa obra recentemente publicada pelo professor David Underdown, *Pride's Purge* (Oxford U. P., 1971). Underdown aborda um período quase exatamente igual ao meu, porém de um ângulo inteiramente distinto. O seu ponto de vista é o do alto, do paço de Whitehall, enquanto o meu é o ponto de vista da minhoca. O índice no final de seu livro e o meu contêm listas de nomes completamente diferentes (HILL, 1987: 30).

Ainda que os estudos de Hill referem-se à Revolução Inglesa, este trecho aponta para a inversão do ponto de vista que proponho ao longo deste texto. Com este suposto analiso a produção dos lugares nos diferentes bairros da a partir das ações dos moradores na relação com outros sujeitos, como o poder público, os empresários da construção civil e os proprietários das terras. Essas relações desiguais criam certos sentidos para esses bairros que são produzidos e por vezes assimilados socialmente sem ouvir quem de fato mora neles. Bairros de ‘traficantes’, de ‘pobres’, ‘violentos’, ‘sujos’, são significados produzidos de fora para dentro e desvelam como a cidade é disputada.

Neste artigo a interpretação dos significados sociais da moradia e habitação de trabalhadores será feita a partir de uma cidade específica, Uberlândia, e dentro de um

recorte temporal, as décadas de 1960 e 1980. Nesta cidade, a habitação para os trabalhadores quase sempre foi apresentada com um adjetivo muito significativo, o de ‘popular’. Para os agentes do poder público, popular seria algo massificado, feito para homens e mulheres que não tinham condições de pagar o valor de mercado para as habitações que estavam disponíveis. Como o espaço urbano era pensado dentro das políticas públicas na perspectiva liberal, o popular emergia como subcategoria, porém, uma modalidade expressiva para transformação da terra em lucro. Nesse viés, habitação popular ou moradia popular foi uma estratégia poderosa de acúmulo de capital e extensão de um projeto de industrialização que via na fixação do trabalhador um elemento importante para atração de indústrias.

Para organizar a discussão, dividi o artigo em dois momentos históricos em que o tema da habitação popular ganhou espaço na cidade de Uberlândia com objetivos e consequências distintas. O primeiro na década de 1950 com a construção de poucas unidades para trabalhadores do Frigorífico Ômega; o segundo nas décadas de 1970 e 1980 com a construção dos grandes bairros populares financiados pelo Banco Nacional de Habitação. O que une dois momentos diferentes, além de serem casas financiadas com verbas federais para população mais pobre, é o fato destas habitações receberem o rótulo de popular.

A noção de popular será vista teoricamente em outra via, em sintonia com o proposto por Stuart Hall. Discutindo a noção de cultura popular, Hall coloca em movimento este conceito:

Não podemos simplesmente juntar em uma única categoria todas as coisas que ‘o povo’ faz, sem observar que a verdadeira distinção analítica não surge da lista – uma categoria inerte de coisas ou atividades — mas da oposição chave: pertence/não pertence ao povo. Em outras palavras, o princípio estruturador do ‘popular’ neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia’. É essa oposição que constantemente estrutura o domínio da cultura na categoria do – ‘popular’ e do – ‘não-popular’ (HALL, 2003: 256).

Portanto, não existe uma classificação *a priori*, nem este pode ser definido pelo que as políticas públicas dizem que são. Essa noção precisa ser pensada no movimento dialético, entre os sentidos dados pelo poder ao colocar na cena pública o que e onde e como os moradores absorvem, trabalham e devolvem esses sentidos.

As preocupações de Hall estão voltadas para os processos de mudança dos modos de vida das classes trabalhadoras e a apropriação e expropriação de suas práticas com o objetivo de reorganizá-las para o controle dos grupos dominantes. Por outro lado, Hall (2003: 255) mostra que ‘essas definições não têm o poder de encampar nossas mentes’, isto é, não possuem uma força totalizadora que modela as práticas populares como desejam.

O que percebi foi que, em torno da noção de popular atrelada às políticas públicas de moradia, leis foram criadas e alteradas, bairros foram construídos, concepções de lazer foram propostas, enfim, modos de viver instituídos e modificados pelos sujeitos que moram, trabalham e se divertem em Uberlândia.

O poder público, com seus projetos habitacionais e em parceria com os proprietários de terra estipulou onde os trabalhadores deveriam morar e tentou impor até mesmo os modos como eles deveriam viver. Os moradores dos bairros e conjuntos habitacionais entraram nas políticas públicas de habitação não como bonecos, compraram suas casas, em alguma medida incorporaram a lógica liberal e pagaram por parte da sua infraestrutura. Por outro lado, deram suas feições aos bairros, transformaram os lugares e produziram a cidade segundo seus valores e práticas.

Comecei este trabalho pelas fontes escritas, mais particularmente pela imprensa da cidade<sup>2</sup> para acompanhar como os moradores do bairro e o próprio espaço urbano eram qualificados, em que momento e sobre quais pressões os significados sobre o bairro mudaram e quais as consequências desta mudança para os próprios moradores. Os supostos que me orientaram na leitura desta fonte vinham de textos como de Beatriz Sarlo (1977: 55-63), principalmente no aguçar de um “olhar político” para as práticas sociais vividas no presente que busque evidenciar as dissidências e assim, “descobrir as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança” (SARLO, 1977: 60-61).

Porém a leitura dos jornais não foi suficiente para perceber toda dinâmica de produção destes lugares por este construir narrativas a partir do consenso e, por mais que fosse obrigado a incluir novos sujeitos e outros sentidos no noticiário as práticas vividas no interior do bairro não apareciam. Este diagnóstico levou-me a olhar com mais atenção outras evidências que poderiam ser questionadas para o melhor encaminhamento dos

---

<sup>2</sup> Jornal Correio de Uberlândia entre as décadas de 1950 e 2000, posteriormente o jornal Primeira Hora e Participação de 1982 a 1986.

objetivos propostos e o diálogo com os supostos teóricos e metodológicos que me orientava<sup>3</sup>. O trabalho com as fontes orais e com alguns registros da Prefeitura Municipal de Uberlândia tornou-se então, evidências fundamentais no desenrolar da pesquisa.

Nesta dialética de produção de lugares e sentidos, a imprensa<sup>4</sup> trabalhou para divulgar notícias que tentavam instituir valores. Diziam o que era lícito e moral de se fazer nos lugares de moradia, o que era ou não comportamento de um morador desta cidade e o que deveria ser excluído como prática de pertencimento. Evidentemente que essas imposições sofreram resistência, nem sempre explícitas, por parte dos moradores das vilas e dos bairros que insistiram em manter práticas, recusaram usos impostos e criaram suas formas de apropriação dos espaços públicos.

### **O primeiro conjunto habitacional na cidade de Uberlândia**

Para entender essas tramas considerei importante recuar e acompanhar diferentes programas de habitação popular vividos em Uberlândia. Dessa forma, o leitor poderá perceber como as noções de moradia popular modificaram a própria produção do espaço que eles deram à cidade. A leitura da documentação da imprensa e da legislação urbana mostra que a preocupação com a moradia popular ou com a criação de um lugar para ‘trabalhadores ou operários’ morarem surgiu na década de 1950 quando o poder público municipal promoveu o que poderíamos chamar de primeiro acordo com a União para trazer para Uberlândia recursos a fim de implementar uma política pública de financiamento de imóveis para trabalhadores.

Para a construção destas primeiras habitações, o então prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha, do Partido Social Progressista (PSP-1955 a 1958) aprovou na Câmara Municipal, em 22 de novembro de 1956, projeto de lei com o intuito de doar à Fundação da Casa Popular (FCP) ‘uma área contínua ou descontínua, necessária à construção [...] de mais ou menos duzentas casas populares’<sup>5</sup>. Esse era o primeiro passo para assinatura do acordo com

---

<sup>3</sup> Encaminhamento teórico-metodológico inspirado em Thompson (1981: 47-62).

<sup>4</sup> Trabalho especificamente com o jornal Correio de Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1990.

<sup>5</sup> UBERLÂNDIA, Projeto de Lei, de 22 de novembro de 1956. Autoriza doação de imóvel. Arquivo Público Municipal.

a instituição federal para construir imóveis que seriam destinados a operários da cidade que trabalhavam regularmente em algumas empresas.

Existem trabalhos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que abordam esse primeiro programa. Entre eles, o texto das geógrafas Gerusa Gonçalves de Moura e Beatriz Ribeiro Soares. As pesquisadoras focam a construção dessas moradias como ponto de partida para o que chamam de expansão periférica na cidade e apresentam algumas evidências sobre os significados produzidos para essas residências:

O bairro Patrimônio foi também um exemplo de Vila Operária, pois surgiu a partir da construção de casas para trabalhadores do Frigorífico Ômega e somente alguns anos depois, quando a mão-de-obra já era abundante, é que o Conjunto Habitacional Patrimônio foi construído. Assim como as demais vilas, o Patrimônio não possuía infra-estrutura (água, esgoto, iluminação elétrica, calçamento nas ruas), permanecendo dessa forma por muito tempo, de acordo com seus moradores [...] (MOURA; SOARES, 2009: 27).

Chama à atenção neste trecho as condições em que essas vilas — bairros destinados a trabalhadores — eram construídas, sem o que seria básico para moradia e sobrevivência. As pesquisadoras dão pistas dos pactos estabelecidos entre a Prefeitura e empresas na cidade para a definição do projeto. As casas do conjunto habitacional do Patrimônio foram financiadas pela Fundação da Casa Popular, instituição do governo federal criada em 1946 no exercício do presidente Eurico Gaspar Dutra (BOTEGA, 2007). Segundo o cientista político Marcus André Melo, sua criação

se constituiu um desdobramento histórico e uma resposta do Estado à forte crise nacional de habitação, que atingiu sobretudo o antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro), à descoberta e politização da questão urbana expressa num discurso novo sobre as favelas e mocambos e ao processo institucional interno ao Ministério do Trabalho, que culminaria na unificação dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e, conseqüentemente, das suas carteiras prediais, abrindo então a possibilidade de uma política nacional de habitação (MELO, 1990: 39).

Melo analisa a política urbana no Brasil desde a implantação do Estado Novo em 1930, na perspectiva das ações dos agentes do Estado e sob a ótica estruturalista que lê as políticas públicas a partir das mudanças econômicas. O esquema estrutural utilizado pelo autor fica mais claro quando ele define o campo legal produzido nesse momento para a criação do programa habitacional como ‘superestrutura jurídica’ fundamental para definir o

destino do ‘capital excedentário’ para o investimento na especulação imobiliária. Nesse suposto, a FCP emerge distante dos moradores e de suas habitações, mas preocupada com ‘a progressiva incorporação e cooptação das massas urbanas na arena política’. Por esse viés, os sujeitos sociais promotores das intervenções urbanas são os ‘agentes do Estado’. Os trabalhadores aparecem deslocados para a noção homogênea de massa urbana que entra na história como vítima de uma política oficial.

Apesar de não se preocupar em analisar as ações dos moradores dessas casas e como eles reagem a esses projetos, o texto de Melo é importante para pensar como as verbas da Fundação chegaram a Uberlândia e com que objetivos:

O keynesianismo que permeava essas propostas entendia a habitação como equipamento industrial. A questão fundamental que se colocava era a de como conciliar o esforço industrializante com políticas distributivas — aspecto que irá permear a questão da habitação com força redobrada e que será resolvido em detrimento da segunda. Constituirá pedra de toque do reformismo conservador em sua oposição à bandeira das reformas de base (MELO, 1990: 48).

A proposta de construção das residências em Uberlândia estava em sintonia com essa concepção da Fundação, ou seja, a casa como extensão do espaço fabril; portanto, deveriam ser destinadas a determinados operários e construídas perto das indústrias. Não vou entrar na classificação adotada pelo autor dessa política habitacional, pois o que interessa aqui é entender para quem era direcionada a moradia popular neste primeiro momento. Se a casa é uma extensão do espaço fabril, passo a falar não de popular no sentido amplo, ou de popular como prática ou espaço de vida dos pobres, mas daqueles que estavam inseridos no mercado formal de trabalho e mais especificamente em algumas empresas próximas às residências a serem construídas.

Ainda segundo Melo, não existiam critérios muito claros e rígidos para escolha dos municípios beneficiados. No primeiro momento adotaram um ‘caráter pacificador da habitação popular’, isto é, cidades onde as pressões populares eram maiores e ameaçadoras. Ainda na primeira fase, a seleção teve como outros objetivos a aproximação com os trabalhadores em busca de votos e a estratégia de ocupação de territórios. Nessa, Uberlândia não foi contemplada, mas, na medida em que a influência política dos estados suplantou os já fracos critérios, a cidade conseguiu entrar no seleto clube.

Os critérios discutidos acima foram dando lugar, gradativamente, a um padrão marcadamente clientelístico, passando a FCP a responder reativamente às diversas pressões que sofria. Cabe assinalar neste sentido que, sobretudo no período 1956-1960, a FCP tornou-se tipicamente uma peça da máquina clientelística do Partido Social Democrata (PSD) de Minas Gerais, enquanto que, no período 1948-1956, ela se encontrava na órbita de influência do Partido Trabalhista Brasileiro, no Distrito Federal e, em menor medida, no Rio Grande do Sul. No primeiro período citado foram constituídos conjuntos em 32 cidades do Estado de Minas Gerais, representando 52,5% do total de casas e 63% do total de conjuntos construídos no período pela FCP. No Distrito Federal, por sua vez, no período indicado, este percentual alcançou 38% do total de casas construídas pela FCP para o mesmo período (MELO, 1990: 52).

Justamente no período de maior influência do governo mineiro, a cidade foi contemplada com as primeiras oitenta residências construídas no Conjunto Patrimônio. As justificativas do prefeito uberlandense ao projeto que autorizou o Executivo a doar a área à Fundação dão pistas dessas relações:

Após feliz trabalho desenvolvido por êste [sic] Executivo junto ao exmo. Sr. Presidente da República, ficou assentado, junto à Superintendência da Fundação da Casa Popular que estaria essa instituição paraestatal disposta a construir, nesta cidade, imediatamente, um conjunto de duzentas casas populares.

Possuindo o Patrimônio Municipal uma área no Manancial de São Pedro, pede o projeto junto a necessária autorização para este Executivo doar a área suficiente para aquele fim, visto tratar de situação mais propícia à concessão de um maior conforto às famílias que forem habitar naquele núcleo<sup>6</sup>.

O registro do projeto de lei para a doação do terreno mostra a ausência dos critérios para seleção dos municípios e a necessidade dos contatos políticos partidários para execução dos projetos, o que se chamou de ‘feliz trabalho desenvolvido’. A escolha do lugar para construir os imóveis não aparece no projeto de lei, nem mesmo na justificativa deste, mas lendo alguns documentos pude entender melhor por que as residências beneficiariam quase exclusivamente os funcionários de empresas como o frigorífico Ômega, como relatado por Moura e Soares em citação anterior.

Essa empresa tinha entre seus proprietários o senhor João Naves de Ávila, qualificado pelo jornal Correio de Uberlândia em 1951 como ‘uma das fortunas sólidas do

---

<sup>6</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Justificativa do prefeito ao projeto de lei que autoriza doação de imóvel, s/ nº, de 22 de novembro de 1956. Arquivo Público Municipal.

nosso município'<sup>7</sup>, e, portanto, alguém com muita influência junto ao poder público. A escolha seguiu também a lógica federal na medida em que o poder público local destinou um lugar na cidade para construir casas a operários e proporcionar a eles condições mínimas de trabalho nas empresas, garantindo a empresários, como o Sr. João Naves de Ávila, mão de obra e aos proprietários das glebas de terra, valorização futura.

O sentido dado à noção de popular muda ao longo desse processo e de acordo com quem a usa. Na academia se leem produções como a de Melo, que faz uma associação entre popular e massa, quer dizer, um amontoado de pessoas disformes que seriam alvos de políticas públicas de poder criadas para domesticá-las. Desta forma, a moradia popular seria uma arma política eficaz por diminuir as tensões. Ao mesmo tempo, esta leitura nomeia como sujeitos de ação aqueles que estão no poder público oficial.

Para alguns pesquisadoras a produção do espaço urbano se dá com as ações do Estado em primeiro lugar, pois ele produz a legislação de uso e ocupação do solo, aprova loteamentos, constrói obras de infraestrutura, propõe políticas públicas para habitação; e em segundo pelas empresas imobiliárias que, em parceria com o Estado, loteiam glebas de terras pouco valorizadas para receber os serviços públicos fundamentais, valorizar seus lotes e lucrar com a especulação como afirma o suposto abaixo:

Em Uberlândia, o processo de ocupação e reprodução do solo urbano ocorreu de forma acelerada, principalmente a partir dos anos 70, em função do crescimento populacional e econômico, da ausência de leis que regularizassem o uso do solo, bem como da atuação e interesse dos agentes gestores do espaço, em especial a empresa imobiliária (BESSA; SOARES, 1997: 129).

São inegáveis as ações desses grupos na configuração das cidades brasileiras, em especial a de Uberlândia, porém, defendo aqui que a produção do espaço urbano tem outros sujeitos que impõem suas marcas na luta cotidiana pelo acesso a direitos básicos como a moradia, a rede de esgoto, a escola pública, a creche, o transporte público. Nesse processo, definem usos e contrausos (LEITE, 2004) da cidade a partir dos seus modos de vida, subvertem e reordenam, enfim, dão outras feições ao que fora previsto pelo Estado e seus parceiros.

---

<sup>7</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Um dos esteios firmes da Economia do Município. Uberlândia, 09 jan. 1951, p. 1.

Não existem muitas evidências da vida no interior do bairro na década de 1960, mas o noticiário do jornal Correio de Uberlândia publicou, pouco mais de três anos após a aprovação dos projetos que possibilitaram a construção dos imóveis, relato que questionava algumas práticas vividas nesse lugar:

Patrimônio é um dos menores bairros da cidade perto do matadouro municipal e onde ficam as 50 primeiras casas populares construídas entre nós.

Mães aflitas vieram até nós hoje pedindo cooperação da imprensa local, por causa da cachaça. Um bairro tão pequeno, com muitas vendinhas onde adquirem as cousas necessárias para suas casas. Mas vendinhas onde se vende cachaça fartamente, sem vigilância, sem controle da polícia, não só a moradores do bairro como da cidade que procuram a pinga onde se bebe mais e com maior confiança por falta de policiamento [...]<sup>8</sup>.

Como disse, não existem outros registros dos modos de vida no bairro Patrimônio nessa época em que ele era tratado apenas como lugar das casas populares, mas esses poucos já apontam para uma tensão entre aqueles que tinham acesso ao jornal e queriam instituir determinados modos de vida na cidade e trabalhadores que moravam nas ‘casas populares’ e tinham seus modos de viver noticiados somente em páginas policiais ou como práticas exógenas à cidade que deveriam no mínimo ser policiadas, quando não proibidas.

Mesmo a prática especulativa que unia os sujeitos privilegiados nas leituras realizadas – empresas imobiliárias e agentes do Estado – não era algo consensual. Dentro do que as geógrafas chamam de elite da cidade existiam divergências como se pode ler nesta notícia:

Agora que o município, graças aos esforços bem sucedidos do prefeito Tubal Vilela, conseguiu o empréstimo de trinta mil contos para o reabastecimento de água, certamente vão sobrar verbas orçamentárias mais avultadas para outros serviços urbanos. [...]

Uma das dificuldades criadas para a realização de muitos melhoramentos prende-se à ampliação excessiva da área da cidade, que possuindo menos de quarenta mil habitantes, segundo o último recenseamento, ocupa dimensões suficientes para mais de cem mil. Por todos os lados abrem-se as vilas, por todos os lados adquirem-se terrenos, loteiam-se e são incorporados à zona urbana. É verdade que isso traz a vantagem de proporcionar datas de preços mais módicos às classes operárias e não se pode negar que em tôdas [sic] elas as construções vão aparecendo. Mas os terrenos vagos nas vilas mais velhas e até mesmo no centro urbano ainda são numerosos, dispensando perfeitamente êsse [sic] alargamento que

---

<sup>8</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Polícia precisa fiscalizar o Patrimônio. Uberlândia, 19 fev. 1959, p. 8

custa tão caro aos poderes municipais na hora de prestar os benefícios que vão reclamando<sup>9</sup>.

A crítica do jornal mostra parte das tensões dentro desse grupo. O texto expressa claramente uma opinião da redatora, Ruth de Assis, que escrevia em nome dos representantes da União Democrática Nacional (UDN) na cidade. Não se pode simplificar a análise do artigo, acreditando nas preocupações republicanas com o orçamento público, mas entendê-lo nas tensões sociais em que foi produzido. No início da década de 1950 esse periódico tinha fortes ligações com a UDN local e fez duras críticas ao mandato do prefeito Tubal Vilela, ligado ao Partido Social Democrático (PSD), chegando a criticar a construção e colocação em praça pública de um busto do prefeito<sup>10</sup>. As páginas do jornal, principalmente a primeira, eram lugar privilegiado de expressão das disputas entre esses grupos. As ‘classes operárias’ surgem nessas produções não como produtoras do espaço urbano, mas como vítimas das políticas públicas e das estratégias das empresas imobiliárias. Em outro momento, as casas populares voltaram a ser noticiadas, dessa vez a construção das residências:

Uberlândia, por graça de Deus, foi contemplada com algumas casas populares, que poderão beneficiar os trabalhadores futuramente adquirindo, por preços razoáveis, casas populares. Mas, acontece que, dispensamos e recusamos presente de ‘grego’ e isto porque, estarecidos, recebemos uma advertência por intermédio do Sr. Lazaro Chaves, presidente da Associação dos Motoristas, que também exerce as funções de construtor, de que o serviço que ali está sendo executado não segue a especificação técnica, apresentando lamentáveis falhas que poderão ser perfeitamente sanadas se houver melhor e mais eficiente fiscalização por parte do poder público [...]<sup>11</sup>.

O registro mostra tensas disputas pelo poder político local e as moradias populares entram como meio de expressão desses conflitos. As tramas que envolveram a construção das casas publicizadas pelo jornal permitem ver aproximações dos editores ligados aos grupos udenistas com associações de trabalhadores para pressionar a Prefeitura.

Outro meio de chegarmos perto do que o poder público instituiu como popular é ler os critérios para o trabalhador adquirir tais imóveis. Segundo o discurso oficial noticiado

---

<sup>9</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Problemas urbanos. Uberlândia, 29 nov. 1951, p. 1.

<sup>10</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Haverá mais um busto... Uberlândia, 15 jan. 1955, p. 1.

<sup>11</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Serviço de casas populares está a exigir melhor fiscalização. Uberlândia, 08 ago. 1957, p. 1

pelo Correio de Uberlândia, os critérios eram amplos e não passavam pela exigência do registro formal do emprego:

O Sr. Marcial Lago, superintendente da Fundação da Casa Popular, no cumprimento do 'programa habitacional Juscelino Kubitschek', por meu intermediário, faz saber aos interessados que se encontram abertas as inscrições para aquisição das casas populares construídas nesta cidade. Somente poderão se inscrever pessoas que não sejam proprietárias de casas ou habitações em condomínio e que possuam um mínimo de (5) cinco dependentes, de acordo com a lei nº 1.473, de 14 de novembro de 1951 e resolução nº 588/cc de 1 de dezembro de 1954 [...]¹².

Esses critérios dão uma dimensão do que se esperava dos futuros moradores desses imóveis. Fica claro que queriam homens casados e pais de família; o número de dependentes incluiria, possivelmente, a mulher e no mínimo quatro filhos. Mas esse perfil de trabalhador não era raro e a inexistência de outros critérios dava maiores poderes aos sindicatos para a escolha dos moradores. A proximidade dessas instituições com as habitações populares fica mais evidente em outro registro:

Incapacidade dos executores e péssimo material são duas razões apontadas pelo Sr. Custódio Sobrinho, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia, ao 'Diário da Tarde', para demonstrar o estado em que se acham as obras da Fundação da Casa Popular [...]

Proseguí o nosso entrevistado contando que, em Uberlândia, 'fizemos um movimento contra o conjunto, alertando o Sr. Marçal do Lago, que não pode alegar ignorância do fato. Este alerta foi feito pelo meu sindicato, pelo Sindicato dos Comerciantes de Uberlândia, pelo Círculo Operário de Uberlândia e pela Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários' [...]¹³.

Temos nova crítica sobre a qualidade dos imóveis construídos para os trabalhadores. Desta vez ganham espaço outras associações de classe que falam em nome dos operários. Através desses registros é possível concluir que a habitação popular dos primeiros programas não estava destinada a qualquer trabalhador e sim àqueles ligados aos sindicatos e associações que tinham o poder de intermediar, escolher, excluir. Esse poder aproximava as entidades dos grupos políticos locais a ponto de terem suas reclamações expostas nas folhas do Correio de Uberlândia para servir aos interesses dos editores. Os poucos

¹² CORREIO DE UBERLÂNDIA. Fundação da Casa Popular. Uberlândia, 24 nov. 1957, p. 5.

¹³ CORREIO DE UBERLÂNDIA. Nas casas populares de Uberlândia só se salvam o tijolo (bom) e o cimento. Uberlândia, 25 maio 1958, p. 1.

elementos sobre os moradores desses conjuntos nos primeiros anos apontam algumas evidências para a resistência aos imóveis oferecidos aos trabalhadores:

Depois que muitos fizeram demagogia, que os ‘pelegos’ e os candidatos caçadores de votos, profissionais ou diletantes, depois da demagogia, insistimos, construíram-se algumas casas populares (poucas, insuficientes, distantes) a serem vendidas aos trabalhadores. Se o foram não sabemos. O que sabemos é que estivemos ontem visitando aquele local, próximo à parte mais alta da av. Floriano Peixoto, na metade do caminho para o campo de aviação. Construção que parece bôa [sic], casas cujo aspécto [sic] aparenta fornecer bastante conforto (apenas de residências duplas), a ‘vila’ de casas populares dá a exata impressão de Cidade Fantasma, dessas que a gente via nos filmes, quando por aqui havia cinema. Paralelamente, dizem que é o problema da água que impede a habitação da vila da FCP, isto é, o abastecimento do líquido precioso, episódio que quase fez com que se agarrassem o antigo prefeito Afrânio e o Superintendente da FCP, prof. Marçal de Lago [...] <sup>14</sup>.

Os adjetivos usados pelo jornalista para qualificar os idealizadores do conjunto habitacional já demonstram o caráter autoritário do projeto. Demagogos e pelegos, na concepção usada pelo jornalista, seriam aqueles que impõem aos outros, geralmente trabalhadores sem consciência da imposição sofrida, suas ideias ou modos de viver em determinada sociedade. O uso dessas noções pressupõe uma relação desigual e uma atitude passiva por parte de alguns sujeitos, mas a própria notícia mostra certa inadequação do seu uso. Apesar do ‘conforto’, as casas não foram vendidas, isto é, não houve aceitação da proposta por parte dos trabalhadores, que podem ter rejeitado as casas em função da distância ou da falta de infraestrutura noticiada.

O fundamental da leitura dessa notícia é perceber que não existia uma atitude passiva daqueles que são os objetos dessas políticas e que a aquisição de uma residência não obedecia apenas aos interesses dos construtores e do poder público. Quando podiam, os trabalhadores exerciam algum nível de escolha e pressão.

---

<sup>14</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Casas populares: iminente a repetição do caso da Escola Vocacional. Uberlândia, 13 maio 1957, p. 3.

### **Moradia popular e conjuntos habitacionais na década de 1980: disputas sobre o viver na cidade**

Durante a década de 1960 não há evidências de novos programas habitacionais ou projetos políticos municipais e federais para este fim. Os moradores dos primeiros conjuntos foram notícia novamente décadas depois com outros significados. No jornal Correio de Uberlândia a discussão em torno da moradia na cidade recomeçou no início da década de 1970. ‘Problema habitacional é grave na cidade’<sup>15</sup> foi uma manchete de capa do periódico em 25 de maio de 1973 e já chamava a atenção dos leitores para a dinâmica do mercado imobiliário e os problemas que o excesso de demanda trazia para os que já moravam no município:

Com o crescimento que vem tomando conta da cidade, Uberlândia começa a sofrer crise seríssima no seu problema habitacional. A procura é enorme para alugar casas e poucos são aqueles que estão tendo a felicidade de encontrar um teto para agasalhar sua família. Com a demanda, os aluguéis foram aumentados em doses elevadíssimas e, assim, qualquer casinha em Uberlândia custa de 300 cruzeiros para cima, sendo que as residências, poucas que aparecem de melhor porte, a fala do senhorio atinge de 800 a 1.500,00<sup>16</sup>.

Quatro anos depois, o mesmo jornal voltava a reclamar das consequências do crescimento populacional:

Qualquer residência, sem nenhum conforto, sem instalações sanitárias, verdadeiro casebre, está com aluguel abusivo e extorsivo. As de porte médio custam de 3 a 5 mil cruzeiros, e as mansões atingem a faixa de 10 a 20 mil cruzeiros. A construção de conjuntos residenciais pelo BNH é a solução que Uberlândia precisa ter, para acabar com a atual exploração dos locatários<sup>17</sup>.

A década de 1970 tornou-se um marco para diversas mudanças na economia brasileira como um todo e em especial para a cidade de Uberlândia, que recebeu milhares de trabalhadores do campo e de cidades menores da região, como Centralina, Ituiutaba, Prata, Araguari ou do sudoeste goiano, como Goiatuba, Pontalina e Itumbiara. Muitos dos moradores ouvidos nesta pesquisa vieram para Uberlândia nessas décadas, como o senhor Reinaldo Afonso Farnesi, que chegou em 1978, mora no bairro Presidente Roosevelt e assim caracteriza o bairro: ‘o Presidente Roosevelt hoje é mais gente de fora do que aqui de

---

<sup>15</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Problema habitacional e grave na cidade. Uberlândia, 25 maio 1973, capa.

<sup>16</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Problema habitacional...

<sup>17</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, 03 mar. 1977.

Uberlândia né porque a migração foi muito grande aqui e aqui é um dos bairros que tem muito conjunto'<sup>18</sup>.

Os conjuntos citados na fala do Sr. Reinaldo foram a solução encontrada pela Prefeitura para produzir novas moradias em diferentes regiões de Uberlândia e, assim, atender o grande número de trabalhadores que chegavam à cidade. Porém, a construção desses conjuntos não foi realizada para atender os interesses dos seus moradores.

Sob a ótica industrial e populacional, o crescimento de Uberlândia teve números consideráveis para a época:

[...] no setor econômico-financeiro [...] estava situada em 36º lugar e [...] alcançou a décima posição na classificação geral. Com uma população de 161.436 habitantes, sendo que 144.295 estimada na cidade [...] um índice de crescimento populacional de 3,28% no período de 1970/1975<sup>19</sup>.

Esses números foram traduzidos na prática em mudanças significativas no espaço urbano e nos modos de viver na cidade. As transformações foram tão marcantes para o fazer-se da cidade que o ano de 1970 surge como marco temporal de diversos estudos da historiografia local. Entre estes, o trabalho de Euclides Antunes de Medeiros, que tratou das experiências dos 'trabalhadores ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de hortifrutigranjeiros em Uberlândia'. Segundo o historiador, essa década foi de intensas mudanças políticas, econômicas, demográficas e sociais:

Essas transformações foram alavancadas pelo desequilíbrio no mercado de trabalho com base, entre outros fatores, nas correntes migratórias internas ocorridas no país mediante uma intensa capitalização das atividades agropecuárias e a conseqüente expulsão da força de trabalho do campo para a cidade (MEDEIROS, 2002: 33).

Foram essas 'correntes migratórias' que trouxeram para Uberlândia milhares de trabalhadores em busca, entre outras coisas, de um lugar para morar. Medeiros marca esse tempo pela intensa chegada de trabalhadores na cidade. Já o trabalho de Sérgio Paulo Morais, que tem o mesmo ano como marco inicial, traz reflexões sobre a constituição do espaço urbano que se aproxima mais de minhas questões neste momento:

O recorte cronológico inicia-se em 1970, justamente por intermédio desta relação. Esta década inaugurou, por razão de financiamentos públicos, um conjunto de reestruturações físicas na cidade. Estas remodelações,

<sup>18</sup> REINALDO AFONSO ÂNGELO FARNESI. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>19</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia agora ocupa o décimo lugar entre os municípios em desenvolvimento. Uberlândia, 27 fev. 1980, p. 1

equacionadas por discursos e mudanças nas concepções culturais/econômicas de uso e direito sobre o espaço, fizeram mudar e expandir vários locais da cidade.

Tal processo remeteu-nos a um momento de recriação da cidade. A partir de 1970, tentou-se consolidar uma renovação do espaço, com a criação de uma —cidade industrial. Neste contexto, tem-se a remoção da antiga ferrovia para a pavimentação das avenidas centrais, prometeu-se a construção de casas populares, enfim, estabeleceu-se um surto de crescimento, que induziria a uma idéia de inovação, de modernização.

Esta, por sua vez, pôde, pela pesquisa, ser compreendida como o preâmbulo de uma outra cidade em constituição (MORAIS, 2002: 12).

Mais que promessa, milhares de casas populares foram feitas. E transformadas em discursos para os políticos oficiais ligados aos grupos historicamente dominantes:

[o] vereador Adriano Bailoni Junior (PDS) fez pronunciamento na tarde da última terça-feira solicitando do prefeito Zaire Rezende um melhor plano de habitação popular, que ofereça as classes menos favorecidas condições necessárias para que elas tenham sua casa própria e consigam viver com dignidade na cidade de Uberlândia [...] <sup>20</sup>.

E para os que surgiram como oposição a esses:

A administração Zaire Rezende dará uma grande ênfase na habitação popular, durante este ano de 1988. Para isso, o Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, tem nos primeiros dias do ano, realizado várias gestões no sentido de adiantar, ao máximo o atendimento a todos aqueles que lutam por uma casa própria <sup>21</sup>.

A nova cidade produzida nessa década tinha profundas marcas dos moradores dos conjuntos habitacionais. Se a expansão do espaço urbano estava marcada pelos interesses das empresas imobiliárias, a consolidação desses lugares produziu novas dinâmicas políticas, o que modificou inclusive a forma de diálogo do poder público com os moradores.

Foram décadas de intenso movimento de trabalhadores, vistos a partir de diferentes prismas. Para os proprietários de terras urbanas e imobiliárias foram décadas muito promissoras, porém mais do que mudanças físicas, espaciais e lucro para alguns esses conjuntos e seus moradores mudaram práticas e modificaram a correlação de forças políticas na cidade.

---

<sup>20</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Melhor plano habitacional para os pobres. Uberlândia, 10 jul. 1987, p. 9.

<sup>21</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Governo Zaire Rezende dará ênfase a habitação popular. Uberlândia, 06 jan. 1988, p. 12.

Ao ler textos publicados pela imprensa local no início da década de 1970, percebi que as preocupações estavam voltadas para a alta dos preços dos aluguéis que afetavam diversos grupos sociais na cidade, mas a solução via construção de conjunto habitacional ainda aparecia de maneira contraditória. Em um primeiro momento, o editorial do Correio de Uberlândia tecia críticas pesadas ao programa:

O maior desejo, a maior aspiração de todo chefe de família, é a aquisição da casa própria. Por isso mesmo, desde longos anos vêm as autoridades brasileiras se preocupando com a equação desse problema, sendo que várias soluções foram tentadas. Ora, essa aspiração nacional parecia estar satisfeita com os planos do Banco Nacional da Habitação. Foi uma corrida de loucos no País todo, e os espertalhões entraram no negócio, visando lucros fáceis, inclusive nas construções ordinárrimas que fizeram. Não poderia haver material mais pobre, mais ordinário, tudo feito de carregação, como se as moradias só devessem ser ocupadas por um ou dois anos. Foi justamente isso que aconteceu e está acontecendo. O que está errado no Banco Nacional de Habitação é o sistema [...] conflitante com a realidade brasileira, onde os índices inflacionários reais são muito maiores que os enunciados [...]<sup>22</sup>.

Casas ruins e a impossibilidade de pagamento foram os principais problemas do sistema nessa primeira avaliação. O editorial foi escrito em 1973, em um momento em que os acordos entre a Prefeitura e a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab-MG) ainda não haviam sido assinados. As críticas do jornal se voltavam não para a possibilidade de especulação imobiliária com os conjuntos, mas para a qualidade das casas construídas, responsabilidade em geral da Cohab. O texto enfatizava também a dificuldade de manter os pagamentos em um país onde índices inflacionários e reajuste salarial estavam sempre distantes. Um ano depois, o olhar sobre essas habitações mudou:

Sei da importância para nós, da inauguração oficial do Distrito Industrial de Uberlândia. [...] Mas... Paralelamente a este trabalho, um outro muito mais importante, o que significa realmente a infra-estrutura social para o empreendimento, deve também ser iniciado: casa para os trabalhadores. Daiwa e Fujiwara estão sofrendo com a falta de mão-de-obra. Operários estão sendo requisitados de Araguari, mantendo as duas indústrias, um serviço próprio de condução para ir buscar pela manhã e levar à tarde os que moram na cidade vizinha. [...] A construção de casas populares tornou-se uma necessidade super prioritária para o Distrito Industrial. [...] Quando se anuncia que a construção da Souza Cruz será iniciada em 1975, temos um prazo para que, no mesmo período, pelo menos quinhentas casas sejam construídas, com recursos do BNH ou outros

---

<sup>22</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. BNH – sonho e realidade. Uberlândia, 15 jan. 1973. Coluna Opinião, p. 2.

setores da construção para-estatal. O prazo é curto e a necessidade urgente (QUIRINO, 1974: 8).

O jornalista Luiz Fernando Quirino, fiel defensor das concepções conservadoras da cidade e dos homens ligados à Aliança Renovadora Nacional (Arena)/Partido Democrático Social (PDS), expõe parte do projeto ao convocar o poder público a procurar parcerias com o BNH para a construção dos conjuntos. A qualidade das casas já não era preocupação na medida em que o objetivo do projeto estava voltado para a necessidade industrial e não dos trabalhadores que nelas morariam. Residia aí a base política da proposta: a construção de moradias para atender as necessidades dos grupos economicamente dominantes em diferentes setores da cidade. Ao morador restaria a ‘felicidade’ de tornar-se um proprietário.

Moradia popular, segundo esse entendimento, significava uma extensão das indústrias, uma forma de facilitar a instalação e a manutenção de empresas na cidade na medida em que economizariam com o transporte de operários para suas linhas de produção. O morador era, então, peça dessa engrenagem que possibilitaria os ganhos dos empresários que ‘optavam’ pelo distrito industrial de Uberlândia.

Observando a localização dos principais conjuntos habitacionais, Luizote de Freitas, Segismundo Pereira e Santa Luzia, e os conjuntos do bairro Presidente Roosevelt, percebe-se que a lógica de construção não adotou o princípio defendido pelo Correio de Uberlândia — pelo menos não a de um de seus jornalistas —, pois os conjuntos estavam localizados em diferentes e opostas regiões da cidade, não seguindo uma orientação de aproximar o trabalhador do distrito industrial. Na verdade, os lugares foram escolhidos de acordo com o poder de negociação dos proprietários dos lotes com a Prefeitura.

As casas financiadas pelo BNH surgiam para diminuir a demanda por moradia e pressionar o mercado imobiliário por melhores preços dos aluguéis. A primeira referência ao financiamento de imóveis via BNH não estava, então, diretamente relacionada aos seus moradores e sim a uma visão liberal de procura e demanda para resolver o problema dos aluguéis que afetava inclusive membros da classe média local.

Diferentes trabalhos, como o de Maucia Vieira dos Reis (2003), mostram o quanto Uberlândia foi beneficiada com essa política habitacional, principalmente no início da década de 1980 com a construção dos grandes conjuntos da cidade: Segismundo Pereira,

Santa Luzia e Luizote de Freitas, e outros menores. No trabalho de Reis, a moradia popular aparece como resultado de longas e difíceis trajetórias de determinados trabalhadores na cidade em busca de realizar o ‘sonho’ de ter suas casas: a moradia de aluguel, o ‘puxadinho’ no fundo da casa de algum membro da família, o compartilhar de cômodos de uma mesma residência até chegarem a um desses conjuntos e ter, enfim, uma casa.

A dissertação questiona as intenções do poder público com a construção dos conjuntos, denunciando os pactos estabelecidos entre a Prefeitura e a iniciativa privada para usos do espaço urbano com fins especulativos, porém, o mais interessante deste trabalho é o deslocamento feito pela autora da discussão meramente institucional das políticas urbanas e as práticas de acúmulo de capital com o uso do solo urbano para os modos de vida produzidos nos lugares de moradia e como esses modos de viver produzem e marcam os espaços da cidade.

A localização dos conjuntos produziu alguns sentidos. O mais utilizado foi o de periferia. Reis, que foca especificamente o conjunto Segismundo Pereira, caracteriza o que seria para ela a periferia:

Os conjuntos mencionados foram construídos a partir de 1979, inaugurados e entregues à população nos finais de 1981. Na época, distantes do centro da cidade, apresentavam características visuais de periféricos, isto é: estavam localizados em região afastada do centro urbano; dotados de uma mínima infra-estrutura e serviços coletivos; visavam contemplar parcela significativa de famílias portadoras de um baixo poder aquisitivo (REIS, 2003: 35).

Distância em relação ao que seria considerado o centro urbano, local de moradia de famílias de baixo poder aquisitivo e pouca infraestrutura seriam características básicas dos lugares de moradia da maioria da população da cidade que não tinha recursos suficientes para escolher onde morar. A periferização da cidade como projeto de acúmulo de capital era visível na localização dos bairros e no fato de estarem no limite urbano, mas, ao contrário do que podemos imaginar, essa proposta não era consensual no momento em que foi posta em prática e gerou debates até mesmo dentro do poder público local.

Em 1978, já utilizando das verbas federais do BNH, o prefeito Virgílio Galassi enviou à Câmara Municipal um projeto de lei para aprovar o de loteamento para construção de casas populares. O parecer de uma das comissões da casa de leis de Uberlândia sobre esse projeto pede a não aprovação do loteamento e trata justamente dos problemas da

distância e das consequências da especulação fundiária embutida na escolha do local para a construção das casas:

À primeira vista, nada mais inocente, nada de mais útil que a ideia de se permitir a construção de um núcleo de casas populares. No entanto, a análise do projeto revela intenção muito diferente. Com este projeto, pretende o Executivo lançar sobre os ombros da Câmara Municipal a responsabilidade pela aprovação de um loteamento, de forma contrária à Lei, quando êle [sic], Executivo, é que deveria assumir tal responsabilidade. Trata-se de uma parte de terrenos rurais — sujeitos à legislação de terras da União — e se pretende anexar tais terrenos à zona urbana, sem que sejam construídos os benefícios de infra-estrutura que a lei exige. É evidente que um terreno na zona rural, que hoje só pode ser negociado por alqueires, sofrerá enorme valorização, se puder ser vendido como loteado. Depois, a Prefeitura fará a infra-estrutura (água, esgoto, iluminação, águas pluviais, etc.) sem cobrar nada à COHAB-MG, que será a nova proprietária, e assim o loteador (cujo nome nem aparece no projeto — quem será?), fará um excepcional negócio, transformando, com um passe de mágica, terrenos rurais em urbanos. [...]

Não há mais o que dizer, salvo alertar novamente a Câmara Municipal, para que esta, ao resolver errar, que o faça conscientemente, dolosamente, passando a co-responsável pela irregularidade. O alerta se estende a COHAB-MG. Não somos contra a construção de núcleos de casas populares; somos contra a especulação imobiliária<sup>23</sup>.

O projeto tramitou na Câmara um ano antes de começar a construção dos conjuntos. Nele se veem desnudadas as estratégias de poder e ganho de capital que vinham sendo articuladas com a possibilidade de se vender terras e imóveis à Cohab. Longe de ser uma política pública que pensasse no direito de morar, os conjuntos habitacionais foram vistos desde o seu nascedouro como meio de acúmulo de capital.

O que possibilitou essa construção, além do possível acordo para aprovação no Legislativo, foi a visão de moradia popular que permeava esses projetos. Longe de ser apenas uma política industrial, como defendia o jornal Correio de Uberlândia — pois a distância e a falta de vias de ligação entre o bairro e o Distrito Industrial dificultavam o acesso do trabalhador às empresas —, ela estava concentrada nos lucros possíveis. Nessa concepção, as dificuldades para construção de redes de captação do esgoto e construção de redes pluviais, a ausência de escolas e postos de saúde não eram impedimentos, pois esses serviços não eram direitos e sim privilégios que poderiam ser adquiridos, comprados.

---

<sup>23</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer da comissão de finanças, orçamento e tomada de contas ao projeto nº 4176 do poder Executivo, 02 de dezembro de 1978. Arquivo Público Municipal.

Ao falar desses projetos na imprensa e longe das negociações do poder público, o discurso era outro:

Em seu gabinete, o Prefeito Virgílio Galassi, reuniu ontem, às 11 horas, a imprensa de Uberlândia, para ratificar a conquista de mais cinco mil unidades habitacionais da COHAB/MG, para os nossos assalariados. Justificando o empreendimento o Chefe do Executivo afirmou que trata-se de uma grande conquista social, que vai dar total cobertura a outra grande conquista de nossa gente, que é a industrialização. Afirmou ainda o Prefeito de Uberlândia, que com essas unidades a sua administração poderá registrar no final do seu mandato 10 mil casas construídas pela COHAB/MG. Virgílio Galassi disse ainda que as áreas para a construção dessas novas unidades, já estão sendo oferecidas e elas deverão se localizar no Santa Mônica, Lagoinha, alto do Roosevelt e nas proximidades do frigorífico Caiapó [...] <sup>24</sup>.

No discurso divulgado pelo Correio de Uberlândia, a moradia popular voltava a ficar em sintonia com o projeto de industrialização e seus moradores qualificados como assalariados — aqueles que tinham emprego formal e registro em carteira de trabalho. Habitação popular entra no discurso político da cidade como um meio de diálogo do poder público com os muitos trabalhadores que chegaram (e continuavam chegando) em Uberlândia.

Em 1986, a filósofa Marilena Chauí discutia alguns aspectos da cultura popular como resistência e entre estes as motivações por parte do Estado para a construção de conjuntos e as concepções que os envolvia:

Ainda sob a égide da ‘modernização’, foi implantado no país o plano nacional de habitação popular, sobretudo para controlar a população urbana que cresceu em consequência das migrações. Visto tratar-se de ‘casas populares’, os planejadores do Estado criaram conjuntos habitacionais para o ‘povo’ ou para a ‘massa’. Não só o material empregado era de péssima qualidade, nem só o uso do espaço foi o pior possível e o menos imaginativo, como também prevaleceu a idéia de uniformidade ou de homogeneidade. O que não é surpreendente numa sociedade autoritária, como a brasileira, na qual se expõe que a individualidade é um fenômeno existente apenas da ‘classe média para cima’. Para ‘baixo’ não há indivíduos, apenas ‘massa’ (CHAUÍ, 1986: 66-67).

Chauí destaca o olhar do poder público e seus agentes para o que seria popular. O caráter autoritário discutido pela autora na forma de se pensar a habitação popular é

---

<sup>24</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Inscrições para mais cinco mil unidades habitacionais serão abertas dia 16. Uberlândia, 11 abr. 1979, capa.

também marca dos conjuntos construídos em Uberlândia, além da falta de infraestrutura. Se a intenção era a de controlar a população que chegava a essas cidades, como enfatiza a filósofa, devo ressaltar que, em Uberlândia, o efeito produzido pelos conjuntos foi outro. Em pouco tempo a grande quantidade de moradores reunidos nesses lugares começou a se manifestar sobre os mais diversos problemas vividos na cidade. De maneira organizada ou não, a partir de manifestações claras de descontentamento ou afirmando práticas típicas dos lugares onde moravam, os imigrantes e mesmo os nascidos nesta cidade e obrigados a morar nesses conjuntos pela condição de classe, exerceram pressões sobre os grupos dominantes e pautaram em diferentes momentos o noticiário da imprensa.

No início da década de 1980, aparecia nas páginas do Correio de Uberlândia uma insatisfação do prefeito com moradores que não aceitavam as condições em que estavam sendo obrigadas a morar:

De regresso da capital, onde manteve contatos com os diretores da COHAB-MG, o Prefeito Virgílio Galassi trouxe, não uma solução, mas uma nova batalha para vencer. [...] Os dirigentes da COHAB foram surpreendidos com o trabalho de agitação realizado no Luizote de Freitas por um grupo que levantou a celeuma contra as taxas de asfalto. Por causa disso, entendem que antes de iniciar a comercialização, deverá ser feito um estudo mais aprofundado com opção para que os novos conjuntos sejam entregues com ruas asfaltadas ou não, atendendo às preferências dos mutuários<sup>25</sup>.

O jornalista demonstrava surpresa com a resistência de alguns moradores em receber suas casas sem asfalto. As reivindicações foram tratadas como celeumas, uma birra de alguns moradores que não queriam pagar pelo serviço. Como resposta a esses moradores, o prefeito usou a imprensa para fazer uma ameaça: o aumento de preços das novas casas em função do asfalto.

Ao regressar de sua última viagem o Prefeito Virgílio Galassi tomou conhecimento de que notícias circulavam sobre o reativamento do Projeto CURA. [...] A área prevê a aplicação desses recursos nos bairros Marta Helena, Roosevelt e Jardim Brasília. [...] Apoio Popular Virgílio Galassi mostrava-se bastante entusiasmado ao assunto e afirmou que todos os movimentos que envolvem o bem-estar da cidade recebem o apoio popular, para depois declarar à nossa reportagem: *'PESSOAS INTERESSADAS QUE A ADMINISTRAÇÃO DEIXE DE REALIZAR SEU PAPEL FAZEM MUITA ONDA CHEGANDO A MOVIMENTOS E ATÉ A AGITAÇÃO E CONTESTAÇÃO'*. Basta lembrarmos que recentemente

---

<sup>25</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Prefeito volta de BH sem solução para as Casas Populares. Uberlândia, 26 jun. 1981, p. 7.

houve um movimento cujos objetivos estavam ocultos junto aos moradores do Conjunto Luizote de Freitas. Protestavam contra as taxas de asfalto e, em resposta, imediatamente determinamos, que no Conjunto Luizote 2, as áreas não receberiam este benefício.

Mas por parte dos moradores recebemos o apoio tácito e quase toda sua a maioria veio à Prefeitura pagar a taxa cobrada pelo melhoramento<sup>26</sup>.

Acostumados a pouco diálogo com os moradores, homens como Virgílio Galassi não entendiam que os conjuntos habitacionais e seus moradores impunham nova forma de fazer política na cidade. Não entendia o prefeito que a dinâmica não era mais a mesma das décadas anteriores. Segundo a lógica liberal e de mercado defendida nas políticas públicas de habitação da Prefeitura, asfalto era serviço prestado, portanto, deveria ser pago. Um movimento que questionava essa lógica era visto como desordem. Mas a pauta política foi lentamente mudando.

Em outro espaço de poder oficial, a Câmara de Vereadores, termos como Luizote de Freitas, conjunto habitacional, Cohab começaram a ser incorporados no discurso político partidário:

Em aparte Eudécio Casasanta focando aspectos materiais, sociais e morais de uma Administração, disse que o volume de obras é indiscutivelmente grande, mas com prejuízo de muitas prioridades. Sabe-se que Uberlândia tem uma carência habitacional em torno de vinte mil habitações, ora, o que está sendo feito é muito pouco e está sendo feito pela COHAB com o FGTS dos trabalhadores e não pela Prefeitura ou por algum vereador, de modo que as três mil que fizeram será mera picaretagem política. João Paulino voltou a insistir no tema da educação, criticando o Prefeito dizendo que não construiu nada. Que é uma vergonha no Luizote de Freitas haver aula em barracões com alunos assentados no chão ou dois numa só carteira<sup>27</sup>.

Independentemente da luta política interna da Câmara e a proximidade das eleições municipais que ocorreram em 1982, o que é relevante ler nessa parte da ata de reunião dos vereadores era a impossibilidade de discutir política nesses lugares sem falar dos moradores dos conjuntos. Em alguns trabalhos produzidos no curso de história da Universidade Federal de Uberlândia, mesmo com temas diferentes, é possível ver essas pressões em prática:

---

<sup>26</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Reativamento do Projeto Cura abrirá novas perspectivas de trabalho. Jornal Uberlândia, 3 jul. 1981, capa (grifos no original).

<sup>27</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da segunda sessão da quinta reunião ordinária de 1981, realizada em 16 de junho de 1981.

No início dos anos 80, o poder público municipal começava a criar uma política de assistência social, quando desmembrou a Secretaria de Assistência Social da Secretaria de Saúde. [...] As primeiras ações da Secretaria de Trabalho e Ação Social resultaram das reivindicações do movimento social na cidade. Notava-se, em Uberlândia, no início dos anos 80, a luta por creches nos bairros periféricos. A resposta da prefeitura veio com a criação do Programa de Creches Comunitárias. A primeira creche comunitária surgiu então no bairro Luizote I, em 1982. Através do Movimento de Mães, surgiram, em 1983, creches nos bairros Jardim Brasília e Roosevelt. Em 1986, já haviam 38 creches funcionando em Uberlândia (SOUZA, 2002/2003: 343).

Luizote, Jardim Brasília e Roosevelt são bairros constituídos de conjuntos habitacionais. Nesses lugares os trabalhadores estão criando demandas para o poder público e exigindo respostas, estão se fazendo sujeitos nesta cidade e deixando suas marcas. Os temas vão surgindo no interior dos bairros e dali para as instituições de poder. A necessidade de um lugar para que as mulheres pudessem deixar seus filhos motivou os moradores do Luizote de Freitas a criar um espaço comunitário, porém, o aprendizado político conseguido na experiência vivida levou as mulheres aos clubes de mães e deles para o poder público. É esse aprendizado que transforma demandas em reivindicações e estas em direitos. Nas páginas do jornal, essas lutas aparecem com outros sentidos:

Mais duas grandes, importantes e necessárias benfeitorias serão destinadas, para funcionarem no menor espaço de tempo, no Conjunto Habitacional Segismundo Pereira e que vai também servir aquele que tem a denominação de Santa Luzia. Trata-se da construção de uma Creche e de um Centro Comunitário. A responsabilidade destes dois empreendimentos será dos Cls. e Domadoras do Lions Clube Cruzeiro do Sul [...] <sup>28</sup>.

A presença das senhoras do Lions Clube ‘ocupando seu tempo’ com a luta das mulheres nos conjuntos auxiliou o jornalista a produzir o sentido de benfeitoria para algo que estava sendo discutido como direito. O mais importante desse registro é ver como a presença dos moradores desses espaços vai saindo do silêncio, dos lugares marginais para as primeiras páginas do Correio de Uberlândia. Não só o periódico foi obrigado a pautar a vida dos trabalhadores, os debates na Câmara também se faziam a partir dos interesses desses sujeitos:

---

<sup>28</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uma Creche e um Centro Comunitário para o Segismundo Pereira. Uberlândia, 05 maio 1982, p. 1.

ADRIANO BAILONI JUNIOR: fez comentários a respeito do seu requerimento dirigido a COHAB de Minas Gerais, solicitando a construção de creches nos conjuntos residenciais; ser uma medida muito válida e a solução de um grande problema social, porque as mães que têm seus filhos e precisam trabalhar, tendo que deixá-los sozinhos, correndo risco de vida, acidentes graves por não ter com quem deixá-los, porque a creche viria trazer à mãe solteira, desquitada ou viúva, uma certa tranquilidade [sic], porque sabem que deixaram seus filhos com pessoas qualificadas [...]<sup>29</sup>.

Asfalto das vias públicas, creches para que as mães deixassem seus filhos e outros equipamentos públicos saíram dos debates no interior dos bairros e ganharam visibilidade nos meios de comunicação, colocando esses sujeitos no debate público. Aos poucos, outras demandas foram surgindo:

O líder do PDS na Câmara Municipal, vereador Alceu Santos, em requerimento apresentado ao presidente Adalberto Duarte da Silva solicita envio de ofício ao dr. José Carneiro, Secretário da Ação Social, solicitando ao mesmo a possibilidade de liberar uma casa nos conjuntos: LUIZOTE DE FREITAS, SEGISMUNDO PEREIRA E SANTA LUZIA, com a finalidade de instalar nos respectivos locais postos de saúde<sup>30</sup>.

Dessa forma, a cidade foi sendo disputada e os lugares antes nomeados como periferia — uma categoria que homogeneíza — foram sendo substituídos pelos nomes dos bairros. Se os conjuntos foram construídos para o lucro de alguns grupos específicos, se sua localização foi fruto de acordos entre a Prefeitura e imobiliárias criadas com o fim único de acúmulo rápido de capital, a partir das necessidades de moradia dos trabalhadores, em pouco tempo os antigos proprietários deixaram a cena para entrar os novos:

A Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira está em organização, e há certa expectativa quanto à diretoria que deverá ser constituída.

Esta associação, terá condições de manter em seu quadro dirigente, muita gente capaz de representar todos os mutuários, com elevado [sic] índice de importância, junto às autoridades locais (QUIRINO, 1982: 1)<sup>31</sup>.

Para os moradores do Segismundo Pereira, é importante que a Associação não tenha nenhum caráter político. E muito menos, devem os que a ela se integrarem, ter qualquer pretensão a cargos eletivos. Esta semana, um grupo de jovens políticos, pertencentes a uma sigla da oposição, estiveram

<sup>29</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da quarta sessão da sétima reunião ordinária de 1982, realizada em 20 de setembro de 1982.

<sup>30</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Alceu Santos: postos de saúde nos conjuntos habitacionais. Uberlândia, 19 fev. 1982, p. 3.

<sup>31</sup> QUIRINO, Luiz Fernando. Opinião. CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, 09 fev. 1982, p. 1.

no Segismundo, tentando um abaixo assinado de validade discutível. E nenhum deles é morador no local, o que, antecipadamente, lhes tira qualquer legitimidade em representar os que ali vivem com suas famílias. O Luizote de Freitas, há um ano atrás, viveu momentos de inquietação, por causa do trabalho desses grupos que, insinuantes, buscam na verdade, fazer campanha política do seu partido. Lobos em pele de cordeiro, conseguem enganar os mais incautos (QUIRINO, 1982: 1).

Os antigos grupos políticos do PDS que tinham forte influência no noticiário do jornal sentiram a pressão de todos os lados. A tentativa de tirar o caráter político e reivindicativo da associação de moradores mostrava o incômodo com a presença constante dos moradores desses conjuntos no discurso político público. Tentavam desmobilizar os grupos, tratando os moradores como ‘incautos’, ou pessoas simples que poderiam ser enganadas pelos críticos do poder público instaurado naquele momento. Acreditavam os produtores do noticiário que a arena do poder oficial, dos ‘cargos eletivos’ não era espaço para a discussão desses problemas, ou seja, não era lugar para trabalhadores que moravam nos conjuntos habitacionais.

Essa presença constante dos moradores, essa luta contínua pelo ‘direito à cidade’ transformou os lugares em espaços de discussão política sobre os rumos de Uberlândia. Esse fazer-se dos moradores na cidade redefiniu sentidos e produziu memórias:

Qualquer pessoa de inteligência média sabe, e ainda pode afirmar, que a falta da moradia é um problema eterno para as grandes cidades. [...] Uberlândia, por sua vez, não poderia ser a exceção, principalmente por sabermos ser ela uma das mais bem posicionadas do Estado, no que diz respeito ao comércio em larga escala, à indústria evoluída e promissora e ao setor educacional [...]. Há cerca de quarenta anos atrás a cidade já era carente de moradias. [...] Tanto é verdade, que o prefeito então, Tubal Vilela da Silva, sentido a realidade do fato, iniciou um trabalho de financiamento de casas e terrenos para os trabalhadores [...]. Uberlândia, Araguari, Uberaba, Ituiutaba e outras cidades de porte precisam sem dúvida de mais moradias pois que são cidades que vêm crescer suas populações quase que diariamente, com a chegada de famílias migrantes em busca de trabalho, de escolas para os filhos e até para tratamento de saúde. A partir desta exposição é que podemos dizer que há necessidade premente de que sejam construídas mais moradias para Uberlândia, e isso em regime de urgência, urgentíssima. Contudo, não estamos dizendo da necessidade de que sejam construídos os chamados ‘conjuntos habitacionais’ [...] <sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Falta de moradia: problema eterno das grandes cidades. Uberlândia, 21 out. 1988, p. 1.

Nessa construção, os conjuntos habitacionais entraram como elementos da história da cidade, mas ainda como componente menor; os protagonistas ainda eram homens como Tubal Vilela, ex-prefeito da cidade, o criador e executor de ações que produziram a cidade, porém, mais vinte anos depois, bairros como o Luizote de Freitas teve sua história recontada com outros personagens:

A carteira de identidade gasta pelo tempo é mostrada logo no início da conversa para comprovar a idade. José Mata Sobrinho, ou Zé da Mata, nasceu há 73 anos em Santa Cruz, no agreste do Estado do Rio Grande do Norte, mas mora a 32 anos em Uberlândia, 29 deles no Luizote de Freitas, Zona Oeste, onde também tem um bar [...].

O imóvel onde mora foi comprado da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) e as prestações foram pagas até três anos atrás. ‘Só não tenho a escritura, mas por aqui ninguém tem’, disse o potiguar, que construiu um quartinho separado com banheiro para sua privacidade, onde leva suas muitas namoradas [...]³³.

Levou muito tempo até homens como o Sr. Zé da Mata se tornarem protagonistas da história do bairro onde vivem nas páginas do Correio de Uberlândia. Nesses mais de vinte anos, uma intensa ação desse e de outros sujeitos foram provocando fissuras nas práticas políticas – ainda que os grupos que comandavam o poder executivo local não tivessem mudado – e se fazendo sujeitos. Nesse processo, muitas outras histórias precisam ser contadas para entendermos essa mudança.

Os lugares e as condições de moradia para os trabalhadores da cidade sofreram grandes transformações ao longo desse processo. Os programas, como enfatizei anteriormente, não só definiam taxas de juros, empréstimos, formas de financiamento da habitação; definiam também como e em que condições os trabalhadores morariam. As políticas públicas de moradia e a própria legislação produziam sentidos, pois permitiam que proprietários de terras urbanas pudessem aumentar consideravelmente seus ganhos, diminuindo o tamanho dos terrenos, das casas, economizando com o material.

Quando saímos do plano nacional e político institucional para a leitura das práticas vividas no interior dos bairros, podemos ver as ações dos trabalhadores não como meros receptáculos de políticas habitacionais, mas como sujeitos que estão deixando marcas na cidade e tensionando projetos dominantes. O fato de morarem nos conjuntos construídos

---

<sup>33</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Diversidade e comércio: moradores lembram do tempo em que chegaram no bairro e contam como viveram. Uberlândia, abr. 2009, p. B2.

para eles não significa que os aceitaram da forma como proposto nos projetos. Suas práticas incomodaram e incomodam porque fazem os usos que não eram esperados ou ordenados para o lugar.

### Fontes

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da segunda sessão da quinta reunião ordinária de 1981, realizada em 16 de junho de 1981.

\_\_\_\_. Ata da quarta sessão da sétima reunião ordinária de 1982, realizada em 20 de setembro de 1982.

\_\_\_\_. Parecer da comissão de finanças, orçamento e tomada de contas ao projeto nº 4176 do poder Executivo, 02 de dezembro de 1978. Arquivo Público Municipal.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Alceu Santos: postos de saúde nos conjuntos habitacionais. Uberlândia, 19 fev. 1982, p. 3.

\_\_\_\_. BNH – sonho e realidade. Uberlândia, 15 jan. 1973. Coluna Opinião, p. 2.

\_\_\_\_. Casas populares: iminente a repetição do caso da Escola Vocacional. Uberlândia, 13 maio 1957, p. 3.

\_\_\_\_. Diversidade e comércio: moradores lembram do tempo em que chegaram no bairro e contam como viveram. Uberlândia, abr. 2009, p. B2.

\_\_\_\_. Falta de moradia: problema eterno das grandes cidades. Uberlândia, 21 out. 1988, p. 1.

\_\_\_\_. Fundação da Casa Popular. Uberlândia, 24 nov. 1957, p. 5.

\_\_\_\_. Governo Zaire Rezende dará ênfase a habitação popular. Uberlândia, 06 jan. 1988, p. 12.

\_\_\_\_. Haverá mais um busto... Uberlândia, 15 jan. 1955, p. 1.

\_\_\_\_. Inscrições para mais cinco mil unidades habitacionais serão abertas dia 16. Uberlândia, 11 abr. 1979, capa.

\_\_\_\_. Melhor plano habitacional para os pobres. Uberlândia, 10 jul. 1987, p. 9.

\_\_\_\_. Nas casas populares de Uberlândia só se salvam o tijolo (bom) e o cimento. Uberlândia, 25 maio 1958, p. 1.

\_\_\_\_. Polícia precisa fiscalizar o Patrimônio. Uberlândia, 19 fev. 1959, p. 8

RENATO JALES SILVA JUNIOR

\_\_\_\_. Prefeito volta de BH sem solução para as Casas Populares. Uberlândia, 26 jun. 1981, p. 7.

\_\_\_\_. Problema habitacional e grave na cidade. Uberlândia, 25 maio 1973, capa.

\_\_\_\_. Problemas urbanos. Uberlândia, 29 nov. 1951, p. 1.

\_\_\_\_. Reativamento do Projeto Cura abrirá novas perspectivas de trabalho. Jornal Uberlândia, 3 jul. 1981, capa (grifos no original).

\_\_\_\_. Serviço de casas populares está a exigir melhor fiscalização. Uberlândia, 08 ago. 1957, p. 1

\_\_\_\_. Uberlândia agora ocupa o décimo lugar entre os municípios em desenvolvimento. Uberlândia, 27 fev. 1980, p. 1

\_\_\_\_. Uberlândia, 03 mar. 1977.

\_\_\_\_. Um dos esteios firmes da Economia do Município. Uberlândia, 09 jan. 1951, p. 1.

\_\_\_\_. Uma Creche e um Centro Comunitário para o Segismundo Pereira. Uberlândia, 05 maio 1982, p. 1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Justificativa do prefeito ao projeto de lei que autoriza doação de imóvel, s/ nº, de 22 de novembro de 1956. Arquivo Público Municipal.

QUIRINO, Luiz Fernando. Opinião. CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, 09 fev. 1982, p. 1.

\_\_\_\_. A vida é mesmo assim. CORREIO DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, 30/31 mar. 1974, p. 8.

REINALDO AFONSO ÂNGELO FARNESI. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

UBERLÂNDIA, Projeto de Lei, de 22 de novembro de 1956. Autoriza doação de imóvel. Arquivo Público Municipal.

### **Bibliografia**

BESSA, Cristine F. O.; SOARES, Beatriz Ribeiro. O significado da especulação imobiliária na espaço urbano de Uberlândia-MG. *História & Perspectivas*, n. 16/17, p. 121-148, jan/dez 1997.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. *Espaço Plural*, v. 8, n. 17, p. 66-72, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (org.). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracajú: Editora da UFS, 2004.

MEDEIROS, Euclides A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MELO, Marcus André. *Política de habitação e populismo: a Fundação da Casa Popular 1946-1964*. *RUA* (Revista de Arquitetura e Urbanismo), v. 3, p. 39-62, 1990.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. *A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990*. *Caminhos de Geografia*, v. 10, n. 32, p. 22-40, dez/2009.

REIS, Maucia Vieira dos. *Entre viver e morar. Crescimento urbano: trajetória da classe popular em Uberlândia – 80/90*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SOUZA, Aparecida Darc de. *Meninos e meninas que vivem ou trabalham nas ruas: um problema social para Uberlândia nos anos 80*. *História & Perspectivas*, n. 27/28, p. 333-356, 2002/2003.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

**Recebido em:** 26 de novembro de 2016

**Aceito em:** 08 de maio de 2017